



MUNICÍPIO DE ROQUE GONZALES
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECRETO N° 2889, DE 26 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a adoção e implantação do programa de prevenção e enfrentamento à pandemia, conforme protocolo regional aprovado pela Região Covid Missões e dá outras providências.

JOÃO SCHEEREN HAAS, Prefeito Municipal de Roque Gonzales, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica e:

CONSIDERANDO os ajustes realizados pelo Governo do Estado/RS relativamente ao modelo de distanciamento controlado, previsto no Decreto Estadual nº 55.240/2020, em atendimento às propostas das associações regionais de municípios e da FAMURS;

CONSIDERANDO, os termos do Decreto Estadual nº 55.435, de 11 de agosto de 2020, que estabelece a criação de um modelo de gestão conjunta entre Estado e Município no tocante à definição de procedimentos adotados quanto à situação epidemiológica decorrente da coloração das bandeiras e seus efeitos semanais;

CONSIDERANDO a instituição do **Comitê Técnico Regional**, composto por integrantes dos Municípios da Região Covid Missões, responsável pela formulação do Plano Regional de Enfrentamento à Pandemia, bem como pelo acompanhamento diário e semanal dos resultados fáticos das ações e das projeções futuras para melhoria contínua do processo;

CONSIDERANDO a elaboração do Plano Estruturado Regional de Enfrentamento à Pandemia da Região R11 - Missões, sua aprovação pelo conjunto dos gestores e a necessidade de aplicação do referido protocolo;

CONSIDERANDO que os termos do Plano Estruturado serão aplicados em todos os Municípios pertencentes à região Covid, mediante a edição de decretos locais adotando os termos técnicos devidamente aprovados e;

CONSIDERANDO a necessidade dos entes municipais, auxiliados pelo Comitê Regional, assumirem a condução técnica, legal e executiva no

TERRA E SANGUE DAS MISSÕES



MUNICÍPIO DE ROQUE GONZALES
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

enfrentamento da pandemia no âmbito local, observando as grandezas de saúde pública, preservação da vida, manutenção da sobrevivência das pessoas, da atividade econômica e da dinâmica social.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica adotado no âmbito do Município de Roque Gonzales, a partir das 15 horas do dia 26 de agosto de 2020, o Plano Estruturado de Enfrentamento à Pandemia do Coronavírus, formulado pelo Comitê Técnico da Regional Covid Missões, a ser executado e fiscalizado pelo Poder público municipal, através de seus órgãos e equipes de trabalho.

Art. 2º O Plano Estruturado de Enfrentamento à Pandemia é de cumprimento obrigatório pelas entidades privadas, atividades comerciais, industriais e de serviços, bem como por toda comunidade local.

Art. 3º O Plano é parte integrante do presente decreto (anexo I) e pode ser alterado pelo Comitê Técnico Regional de acordo com a aprovação em assembléia geral dos municípios integrantes da região Covid.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário constantes do Decreto Municipal nº 2854/2020, sendo que as demais disposições que não confrontem o presente Decreto, permanecerão em pleno vigor.

Art. 5º Fica revogado integralmente o Decreto Municipal nº 2888/2020.

Art. 6º O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ROQUE GONZALES 26 DE AGOSTO DE 2020.

Registre-se e Publique-se.

Rodrigo Issler Scheeren,

Secretário Municipal de Administração.

Este documento ficou afixado no painel
de publicações da Prefeitura Municipal.
de 26/08/20 a 26/09/20
Secretário de Administração

João Scheeren Haas,
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL
- GABINETE -
ROQUE GONZALES - RS

PREFEITURA MUNICIPAL

"TERRA E SANGUE DAS MISSÕES"

- SEC. ADMINISTRAÇÃO -

ROQUE GONZALES - RS

Rua Pe. Anchieta, 221

Roque Gonzales - RS - CEP 97970-000

www.roquegonzales.rs.gov.br - Fone/Fax: 55 3365-3300

CNPJ: 87612982/0001-50 - E-mail: pmrg@roquegonzales-rs.com.br





**PLANO REGIONAL ESTRUTURADO DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA
REGIÃO R11 - MISSÕES**

O **Comitê de Trabalho Técnico**, composto por integrantes dos Municípios da Região Missionária, criado para a elaboração do Plano Regional Estruturado de Enfrentamento à Pandemia,

Considerando a legitimidade da AMM em representar seus municípios associados nos mais diversos assuntos de interesse regional e local.

Considerando a Assembleia virtual da Famurs no dia 04 de Agosto quando foi apresentado pelo Governo a proposta de propiciar as Associações de Municípios elaborarem Planos Regionais de enfrentamento a COVID 19.

Considerando que o Estado do Rio Grande do Sul continua a nortear o modelo básico e parâmetros das bandeiras para o compartilhamento da gestão do distanciamento social com as associações de Municípios.

Considerando que a AMM a partir de decreto estadual estruturou um Comitê Técnico para a elaboração do referido Plano de Distanciamento Social Controlado da região de saúde Covid R11.

Considerando a responsabilidade e as medidas com as quais os entes municipais e as equipes de saúde estão enfrentando a pandemia, mostrando absoluto controle da situação e apresentando resultados altamente satisfatórios.

Considerando a necessidade de buscar o equilíbrio entre as ações preventivas da pandemia e o fomento às ações econômicas e sociais;

Considerando a capacidade de manutenção de ações voltadas a orientação para adoção de medidas de higienização pelas comunidades, comércio, indústria e serviços dos municípios da região.

Considerando a necessidade de manter meios de fiscalização eficientes atacando os pontos que efetivamente causam a propagação do vírus no âmbito dos municípios associados.

Considerando o dever e a necessidade de continuidade no combate a propagação



AMM

Associação dos
Municípios das
Missões

da COVID-19, sem prejuízo da retomada das atividades econômicas e sociais no âmbito dos municípios da região missioneira.

Considerando, por fim, o Decreto Estadual nº 55.240, de 10 de maio de 2020 e suas alterações, o Decreto Estadual nº 55.433 de 10 de agosto de 2020, bem como o Decreto Estadual nº 55.435, de 11 de agosto de 2020, bem assim os termos da reunião acima referida e alterações e as políticas públicas conjuntas entre o Estado e os Municípios, no combate ao COVID-19:

O Comitê Técnico apresenta o **PLANO ESTRUTURADO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) COM PROTOCOLOS ESPECÍFICOS** a ser aplicado na Região das Missões, nos seguintes termos.

1. DA ELABORAÇÃO DO PLANO.

Os indicadores atuais demonstram um quadro de estabilização do contágio, números e internações, bem como o controle sobre o agravamento da doença no âmbito regional, através das medidas adotadas pelos órgãos de Saúde locais, relativamente aos cuidados sanitários e outras providências pontuais e gerais que vêm sendo tomadas, especialmente para evitar aglomerações. Deve se trabalhar também pela recomendação do protocolo de tratamento precoce, cuja indicação pode representar uma melhora nas internações através de experiências concretas ocorridas, inclusive na região missioneira.

2. DOS DADOS E INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS

Os dados científicos avalizam a formatação do presente protocolo que atuará na definição do quadro de bandeiras, revisando a situação divulgada pelo Modelo do Estado dentro da situação específica da região e conforme entendimento do Comitê Técnico Regional. De igual forma, será definido o presente documento, nos termos do decreto estadual e da autonomia municipal estabelecida pela Constituição Federal.

Há ainda de se destacar a necessidade de integração da fiscalização Municipal com as forças de segurança e o Ministério Público, visando dar maior

Rua João Ten Caten, 1248 - Cerro Largo, RS - CEP 97900-000

📞 +55 3359 3060 📩 contato@ammissões.com.br

www.ammissões.com.br



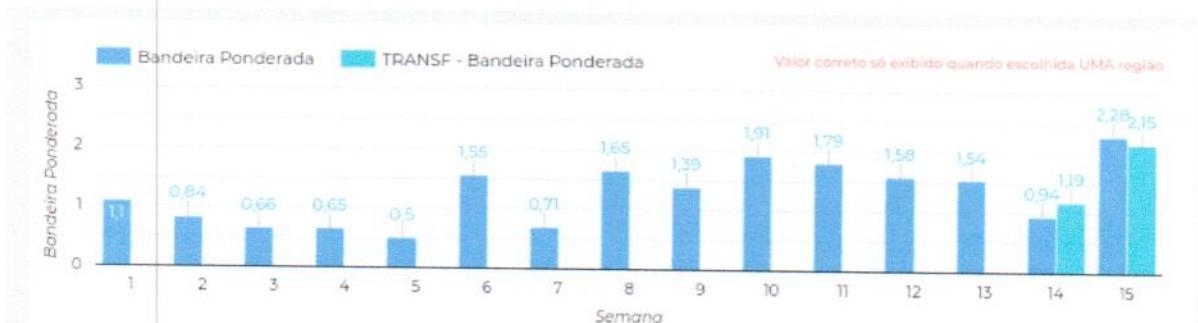
segurança e respeito aos termos firmados no presente protocolo, especialmente no enfrentamento às aglomerações, grande fator de disseminação do vírus, tanto em ambientes fechados e privados, como em espaços públicos de concentração de pessoas.

Para tanto, o Plano Estruturado visa conciliar, dentro da Região de Saúde Missões, a importância do controle sanitário austero com o exercício das atividades econômicas, manutenção de empregos e renda e continuidade da dinâmica social da comunidade.

A região das missões através da comitê gestor vem monitorando os dados das bandeiras e suas estatísticas desde a primeira semana acompanhando de perto o cenário da pandemia. Esses dados são monitorados semanalmente além de uso de BI, para ter uma visão mais expandida das informações.

Além do uso dos dados, temos um grupo das equipes técnicas dos hospitais e redes de saúde de toda a Região R11, usamos o conhecimento das equipes para que possamos ter um cenário antecipado de como estão o cenário real na ponta do atendimento.

A região das Missões durante várias semanas em Bandeira Laranja após recursos onde os dados mostravam bandeira Vermelha, conforme gráfico abaixo.



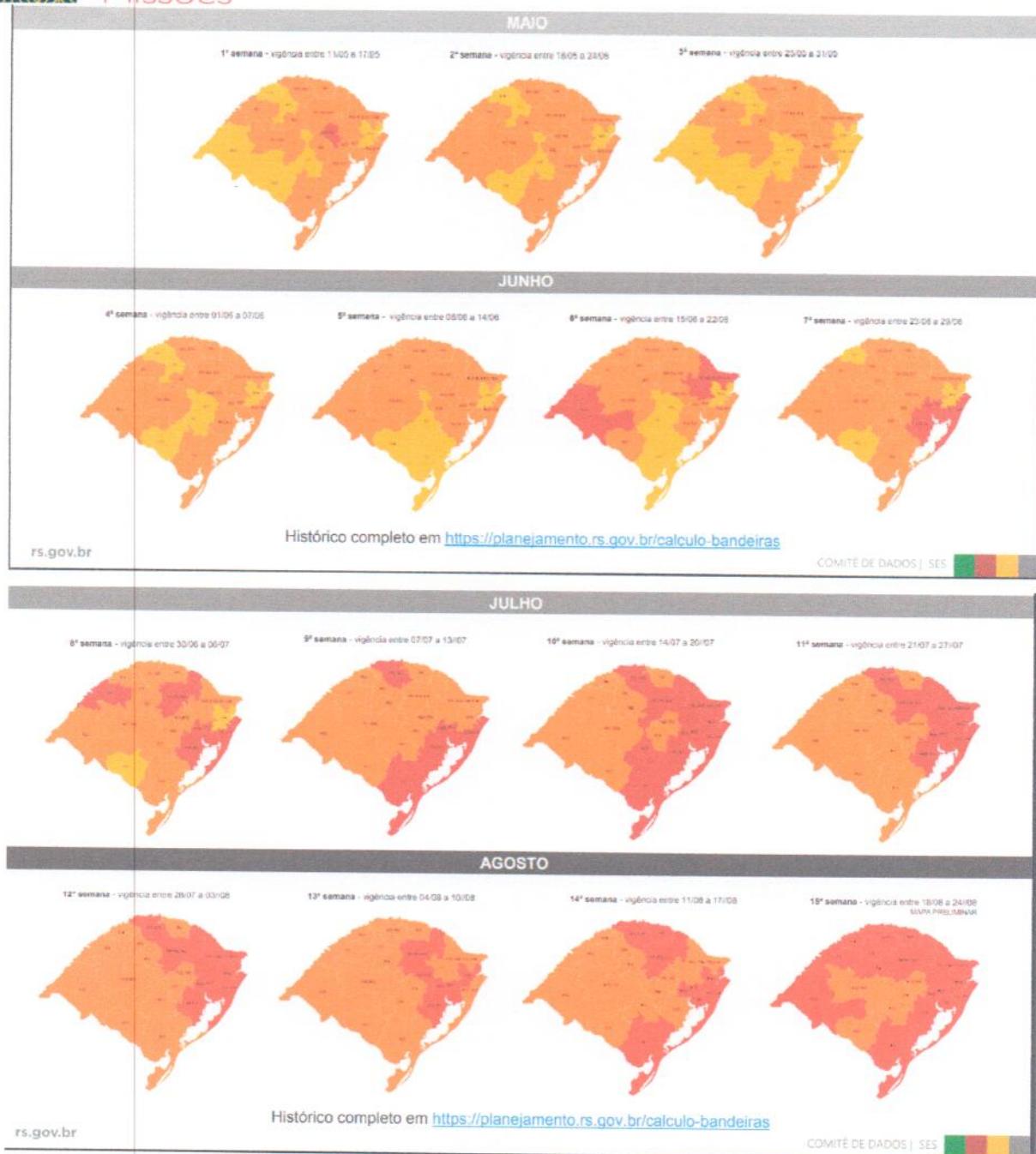
O comportamento do dado demonstrando a bandeira vermelha e tenhamos voltado para laranja por acolhimento do recurso, não implicou em piora do cenário durante várias semanas.

Desde o início do distanciamento controlado a região tem se mantido em bandeira laranja (só a semana 8 que ficamos em vermelho).



AMM

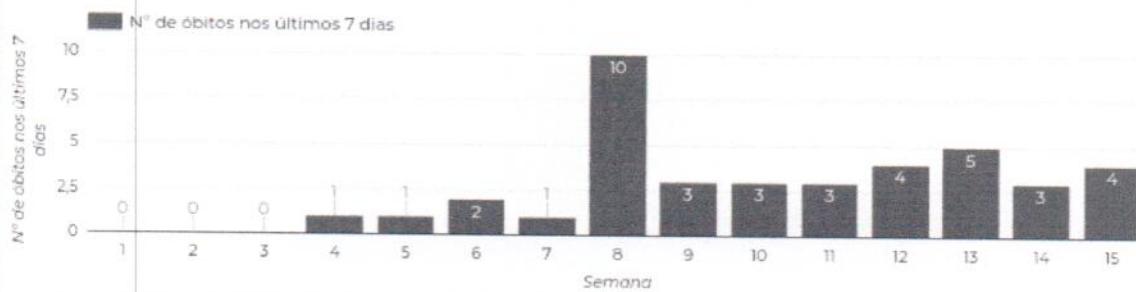
Associação dos
Municípios das
Missões



Quando olhamos outras regiões do Estado do Rio grande do Sul vemos que a bandeira vermelha não teve o efeito esperado de redução do número de óbitos, internações ou contenção da disseminação do vírus ficando várias semanas em vermelho, por exemplo: Região [R15, R20], [R17,R18,R19].



Quando olhamos o impacto da bandeira laranja no sentido dos óbitos, temos uma estabilidade conforme gráfico abaixo.



O pico de 10 óbitos na semana 8 foi um surto num lar de idosos, que independente da bandeira, pois foi um surto.

Os municípios de maior porte da região implantaram restrições adicionais ao a bandeira laranja, como por exemplo, restrições em parques, intensificação nas fiscalizações, e outras ações já implementando protocolos diferenciados e adicionais à bandeira laranja, que provavelmente tenham sido eficientes tanto quanto a bandeira vermelha.

Outra característica é o perfil populacional, onde temos muitas cidades pequenas e de população rural.



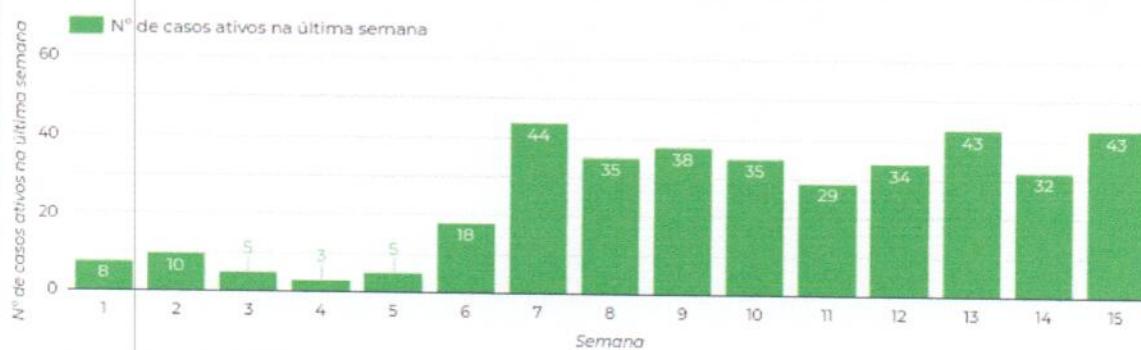
	População	% Urbana	% Rural	Predominante
Bosoroca	6.884	53,49	46,51	URBANA
Caibaté	4.954	55,41	44,59	URBANA
Cerro Largo	13.289	79,55	20,45	URBANA
Dezesseis de Novembro	2.866	23,27	76,73	RURAL
Entre-Ijuís	8.938	54,74	45,26	URBANA
Eugênio de Castro	2.798	52,89	47,11	URBANA
Garruchos	3.234	32,68	67,32	RURAL
Guarani das Missões	8.115	61,98	38,02	URBANA
Mato Queimado	1.799	26,63	73,37	RURAL
Pirapó	2.757	28,18	71,82	RURAL
Porto Xavier	10.558	49,35	50,65	RURAL
Rolador	2.546	23,88	76,12	RURAL
Roque Gonzales	7.203	42,86	57,14	RURAL
Salvador das Missões	2.669	40,99	59,01	RURAL
Santo Ângelo	76.275	94,14	5,86	URBANA
Santo Antônio das Missões	11.210	60,55	39,45	URBANA
São Borja	61.671	89,41	10,59	URBANA
São Luiz Gonzaga	34.556	88,29	11,71	URBANA
São Miguel das Missões	7.421	50,22	49,78	URBANA
São Nicolau	5.727	64,47	35,53	URBANA
São Pedro do Butiá	2.873	42,08	57,92	RURAL
Sete de Setembro	2.124	23,26	76,74	RURAL
Ubiretama	2.296	21,78	78,22	RURAL
Vitória das Missões	3.485	19,2	80,8	RURAL
	286.248			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Resultados do Universo.

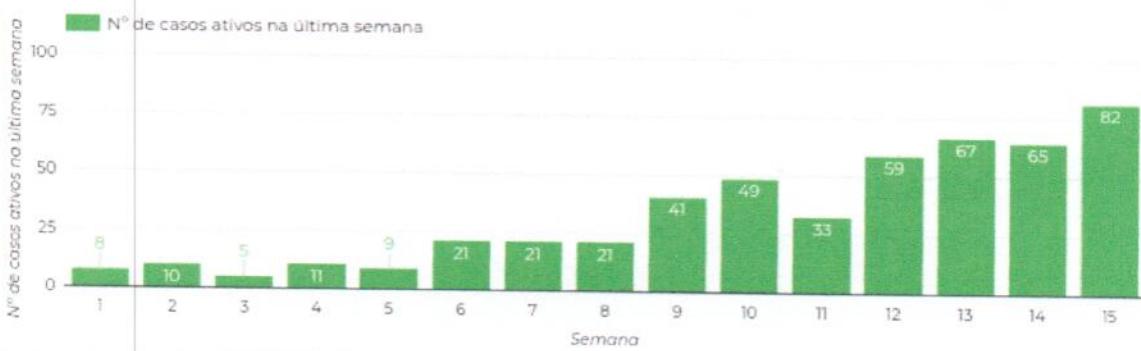
Outro indicador interessante da analisarmos é o número de casos ativos que na região R11 tem se mantido menor que outras regiões do RS com número de habitantes, conforme gráficos abaixo.



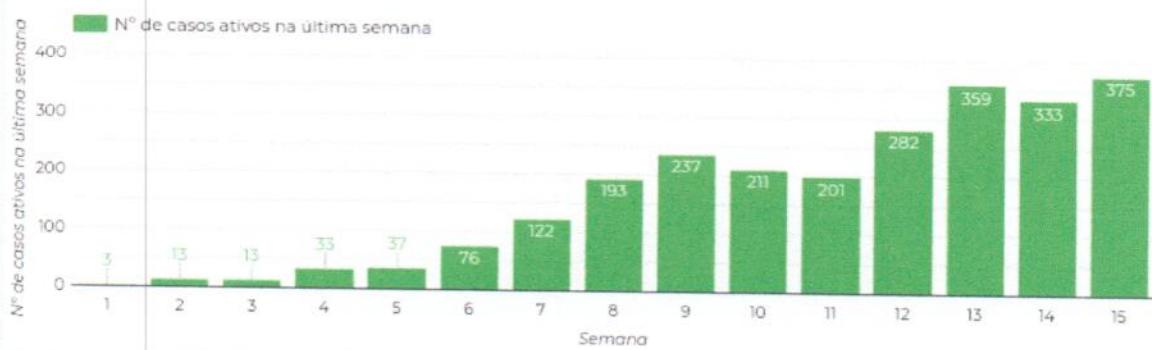
Região R11 - Santo Ângelo (288.687 Habitantes)



Região R12 - Cruz Alta (152.581 Habitantes)



Região [R15, R20] - Palmeiras das Missoes (361.215 Habitantes)



Analisando este esse cenário, então hoje temos 43 casos ativos e isso de bandeira laranja então essa restrição tem sido eficiente.

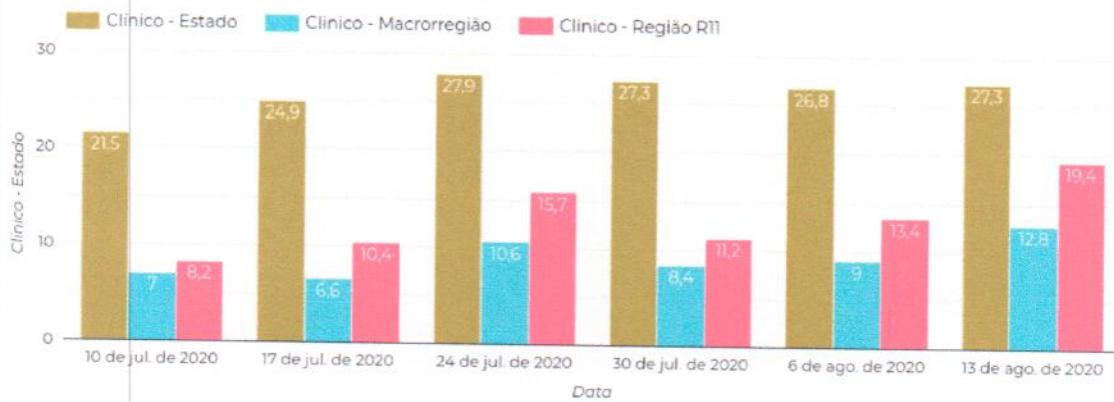
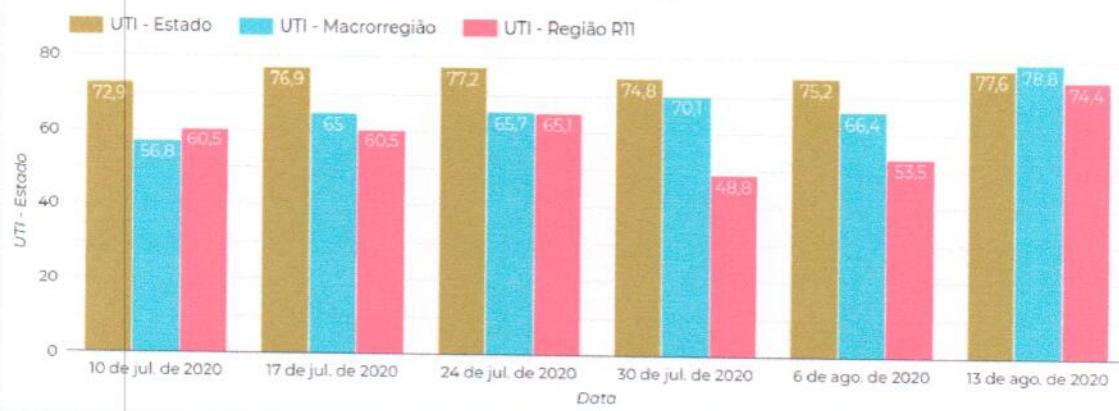


LEITOS CLÍNICOS E DE UTI

Em relação aos leitos de UTI, a Região COVID R11 possui 43 leitos cadastrados para atendimento aos pacientes. O que temos observado é uma estabilidade nas internações dos pacientes da Região R11, com uma elevação na última semana, observada pela internação por meio da Central de leitos de um número expressivo de pacientes de outras Regiões.

Já em relação aos leitos clínicos para internação de pacientes COVID-19, a Região R11 possui 268 leitos credenciados, e o gráfico abaixo demonstra que o percentual de leitos disponíveis nunca esteve abaixo de 80%.

OCUPAÇÃO DE LEITOS DA REGIÃO E MACRORREGIÃO





COMITÊ DA REGIÃO COVID

A região Covid Missões constituiu Comitê Técnico Regional para gerir e acompanhar os dados, atualização e melhoria nas informações, bem como nos procedimentos a serem adotados pelos Municípios.

3. DO PLANO DE PREVENÇÃO E CONTINGÊNCIA

3.1. Objetivo

- Descrever as ações de Vigilância e Atenção em Saúde da região em todos os níveis de complexidade, a serem executadas frente a detecção de um caso suspeito de Infecção Humana pelo novo Coronavírus(COVID-19);
- Minimizar riscos à população frente a um caso suspeito de COVID-19;
- Aumentar a testagem, dentro das possibilidades, ao público com sintomas identificados nos primeiros dias de eventual contágio;
- Estabelecer estratégias de Comunicação de Risco;
- Orientar a adoção de medidas preventivas e indicação de uso de EPIs;
- Adoção do Protocolo de Tratamento Precoce desde os primeiros sintomas da doença, como política regional de disponibilização de tal serviço na rede pública, sem qualquer imposição ou obrigação neste sentido.

3.2. Definições de caso e agente etiológico

- As ações descritas a seguir são embasadas no conhecimento atual sobre o novo Coronavírus (COVID-19) e estão em consonância com as orientações do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul.

3.3. Definições de caso suspeito

- **Síndrome gripal:** pessoa com febre de início súbito ($\geq 37,8^{\circ}\text{C}$) mesmo que referida, acompanhada de tosse ou dor de garganta, e pelo menos um dos sintomas: mialgia, cefaleia ou artralgia, na ausência de outro diagnóstico específico. Crianças < 2



anos: febre de início súbito e sintomas respiratórios: tosse, coriza e obstrução nasal, na ausência de outro diagnóstico específico.

- **Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG)**: indivíduo de qualquer idade, com síndrome gripal (conforme definição acima) e que apresente dispneia ou os seguintes sinais de gravidade: saturação de SpO₂<95% em ar ambiente; sinais de desconforto respiratório ou aumento da frequência respiratória avaliada de acordo com a idade; piora nas condições clínicas de doença de base; hipotensão em relação à pressão arterial habitual do paciente. Em crianças: além dos itens anteriores, observar batimentos de asa de nariz, cianose, tiragem intercostal, desidratação e inapetência.

- Ao se definir um caso como suspeito, compete a quem acolher o caso, no Hospital, ou UPA, Posto de Saúde, UBS, dentre outros.

- Proceder com o isolamento do paciente, através da colocação de máscara cirúrgica e segregação em área com pouca ou nenhuma circulação de pessoas para seu atendimento;
- Recomendar o paciente, com sinais leves e moderados, o isolamento domiciliar e de todas as demais pessoas residentes no mesmo domicílio e analisar clinicamente a possibilidade de aplicação do tratamento precoce;
- Proceder a Testagem dentros dos Protocolos do Estado ou do Município;
- Disponibilizar pelo Município o tratamento precoce sempre com o consentimento do paciente evitando assim o agravamento da doença.

3.4. Agente etiológico

- A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem com o tipo mais comum do vírus. Os coronavírus mais comuns que infectam humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1.

- Os tipos de coronavírus conhecidos até o momento são:
- Alpha coronavírus 229E eNL63;
- Beta coronavírus OC43 e HKU1;
- SARS-CoV (causador da Síndrome Respiratória Aguda Grave)



AMM

Associação dos
Municípios das
Missões

- MERS-CoV (causador da Síndrome Respiratória do Oriente)

Médio ou MERS);

- SARS-CoV-2: novo tipo de vírus do agente coronavírus, chamado de coronavírus, que surgiu na China em 31 de dezembro de 2019.

3.5. Níveis de Resposta

- Conforme o quadro da Pandemia avança no território faz-se necessário estabelecer os níveis de resposta:

3.6. Alerta

- O Nível de resposta de Alerta corresponde a uma situação em que o risco de introdução do COVID-19 no Brasil seja elevado e não apresente casos suspeitos.

3.7. Perigo Iminente

- Nível de resposta de Perigo Iminente corresponde a uma situação em que há caso suspeito de acordo com a definição de caso atual, conforme previsto no Capítulo IV, Seção I, Artigo 15 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências:

- A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições, nos termos da norma federal: - para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização.

3.8. Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)

- Corresponde a uma situação em que há confirmação de transmissão local do primeiro caso do COVID-19, no território nacional, ou reconhecimento da declaração de

Rua João Ten Caten, 1248 - Cerro Largo, RS - CEP 97900-000

📞 +55 3359 3060 📩 contato@ammissões.com.br

www.ammissões.com.br



AMM

Associação dos
Municípios das
Missões

Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (**ESPII**) pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Estas situações configuram condições para recomendação ao Ministro da Saúde de declaração de **ESPIN**, conforme previsto no Decreto nº 7.616 de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – **ESPIN**.

- Este nível de Emergência está organizado em duas fases:

3.8.1. Fase contenção

- Todas as ações e medidas são adotadas para identificar oportunamente e evitar a dispersão do vírus.
- Toda rede de atenção à saúde do SUS deve ser alertada para a atual fase, com o objetivo de maior sensibilização dos profissionais de saúde para detecção de casos suspeitos, manejo adequado desses pacientes, bem como reforço do uso de EPI;
- Isolamento domiciliar nos casos leves para evitar a ocupação de leitos desnecessariamente, mas com monitoramento e adoção do tratamento precoce.

3.8.2. Fase mitigação

- Nesta fase as ações e medidas são adotadas para evitar casos graves e óbitos;
- Fortalecimento da atenção PRIMÁRIA, com a adoção das medidas já estabelecidas nos protocolos de doenças respiratórias.
- Medidas de atenção hospitalar para os casos graves e medidas restritivas individuais de isolamento e quarentena domiciliar para os casos leves, com o respectivo tratamento, devem ser adotadas para evitar óbitos e o agravamento dos casos.
- A necessidade de organização do fluxo de atendimentos para a população;
- Realizar a Testagem através do RT PCR nos primeiros dias;
- Adoção do Protocolo de Tratamento precoce disponibilizado na rede local, com procedimento a ser definido pela relação Médico e Paciente.
- A necessidade de avaliação constante das ações em saúde pelo comitê regional e comitês municipais, conforme os dados epidemiológicos;
- As orientações dos órgãos oficiais de saúde das instâncias Federais e Estaduais;

Rua João Ten Caten, 1248 - Cerro Largo, RS - CEP 97900-000

📞 +55 3359 3060 📩 contato@ammissões.com.br

www.ammissões.com.br



a) Questões gerais:

- Com o aumento da procura/demandas no mercado nacional e consequente escassez de oferta de produtos para saúde, todos os profissionais das redes municipais deverão fazer uso racional dos recursos em saúde, evitando desperdício de material com vistas a não ocorrer a falta dos mesmos. Neste sentido as Prefeituras Municipais designarão profissional responsável para controle e disponibilização destes insumos.

- Se houver necessidade, profissionais que estão alocados nas Unidades Básicas de Saúde, nas Unidades de Saúde da Família, e outros departamentos de saúde de gerência municipal, poderão ser realocados para auxiliar no atendimento dos casos de sintomáticos respiratórios em outra unidade que estiver prestando este serviço.

- Todos os profissionais da rede municipal de saúde devem engajar-se em transmitir informações preventivas para a população, estimulando o isolamento domiciliar dos casos leves, para tanto haverá apoio de materiais informativos (panfletos, mídias digitais, dentre outros).

- A orientação para casos leves é buscar imediata avaliação do serviço de saúde do Município para exame clínico por profissional capacitado (médico) afim de adotar ou não procedimento precoce no caso concreto. Após, seguir a orientação médica.

4. DO MODELO DE DISTANCIAMENTO - PROTOCOLOS SUBSTITUTIVOS – BANDEIRAS

Conforme já referido, os protocolos definidos enquanto estiver na bandeira vermelha a ser aplicada na Região em pontos específicos, consistem em:

I – Alimentação: Restaurantes a la carte, prato feito e buffet:

- Teto de Operação: 50% Trabalhadores;
- 50% lotação, respeitado o teto de ocupação;
- Em caso de buffet com autosserviço, obrigatório uso de luvas descartáveis e máscaras ao servir-se;



Modo de Operação / Trabalhadores: Teletrabalho / Presencial restrito;

Modo de Operação / Atendimento / Pague e Leve / Drive-thru: Presencial restrito somente entre às 11hs até às 15hs e das 18hs até às 24hs, respeitado o teto de ocupação;

Modo de Operação / Tele-entrega: 24 horas por dia;

II - Alimentação- Lanchonetes e lancherias e similares

- Teto de Operação: 50%Trabalhadores;
- 50% lotação, respeitado o teto de ocupação;
- Modo de Operação / Trabalhadores: Teletrabalho / Presencial restrito;
- Modo de Operação / Atendimento Presencial / Pague e Leve / Drive-thru: Restrito somente entre às 06hs até às 24hs, respeitado o teto de ocupação.
- Modo de Operação / Tele-entrega: 24 horas por dia

III – Comércio de Veículos - Comércio de Veículos (rua);

- Teto de Operação: 50% trabalhadores
- Modo de Operação / Trabalhadores: Teletrabalho / Presencial restrito;
- Modo de Operação / Atendimento: presencial restrito, limitado a um cliente por atendente, respeitado o teto de ocupação / Teleatendimento;
- Funcionamento das 08 hs às 18h

IV – Comércio Atacadista - Comércio Atacadista – Não essencial

- Teto de Operação: 50% trabalhadores;
- Modo de Operação / Trabalhadores: Teletrabalho/ Presencial



restrito;

- Modo de Operação / Atendimento: Presencial restrito, limitado a um cliente por atendente, respeitado o teto de ocupação / Comércio eletrônico / Telentrega / Drive-thru;
- Funcionamento 08 hs às 18hs;

V – Comércio Varejista - Comércio Varejista - Não essencial (rua)

- Teto de Ocupação: 50% trabalhadores, para empresas acima de cinco funcionários;
- Modo de Operação / Trabalhadores: Teletrabalho / Presencial restrito;
- Modo de Operação / Atendimento: Presencial restrito, limitado a um cliente por atendente, respeitado o teto de ocupação / Comércio eletrônico / Telentrega / Drive-thru;
- Funcionamento das 08 às 18hs.

VI - Comércio Varejista - Comércio Varejista - Itens essenciais e não essenciais (centro comercial, shoppings e suas lojas);

- Teto de Operação: 50% trabalhadores, para empresas acima de cinco funcionários;
- 50% lotação, respeitado o teto de ocupação;
- Modo de Operação / Trabalhadores: Teletrabalho / Presencial restrito;
- Modo de Operação / Atendimento: Presencial restrito, limitado a um cliente por atendente, respeitado o teto de ocupação / Comércio eletrônico / Telentrega / Drive-thru;
- Funcionamento de terça a sábado no horário das 09h às 21h.

VII - Comércio Varejista- Comércio Varejista de mercadorias em lojas de conveniência em postos de combustíveis



AMM

Associação dos
Municípios das
Missões

- Teto de operação: 50% Trabalhadores;
- 50% lotação, respeitado o teto de ocupação;
- Modo de Operação / Trabalhadores: Teletrabalho/ Presencial restrito;
- Modo de Operação / Atendimento: Presencial restrito, respeitado o teto de ocupação / Comércio eletrônico / Telentrega / Drive-thru;
- Funcionamento das 06hs às 22hs (Em outros horários, apenas para recebimento de pagamento do combustível);
- Vedada aglomeração.

VIII - Missas e Serviços Religiosos

- Presencial restrito
- Limitado a 30 pessoas ou 20% do teto de ocupação (o que for menor), com ocupação dos assentos com distanciamento mínimo de 1.5m entre pessoas (exceção para coabitantes que podem sentar juntos)
- Limitado até as 22hs / Atendimento individual / formato drive-thru

IX – Outras Atividades de Ensino – Ensino de Idiomas, de Música, Formação profissional, Formação continuada, Cursos preparatórios para concurso, treinamentos e similares;

- Teto de Operação: 50% trabalhadores e 50% alunos;
- Modo de Operação/Trabalhador: Teletrabalho/Presencial restrito;
- Modo de Operação/Atendimento: Ensino remoto/Atendimento individualizado ou em pequenos grupos, respeitando teto de ocupação/ Material individual/Portaria SES/SEDUC nº 01;
- Funcionamento 09 às 22hs;

X – Serviços – Imobiliárias e similares/de auditoria, consultoria, engenharia, arquitetura, contabilidade, publicidade e outros;

- Modo de Operação/Trabalhador: Teletrabalho/Presencial restrito com distanciamento

Rua João Ten Caten, 1248 - Cerro Largo, RS - CEP 97900-000

📞 +55 3359 3060 📩 contato@ammissões.com.br

www.ammissões.com.br



AMM

Associação dos
Municípios das
Missões

mínimo de 1.5m por trabalhador;

- Modo de Operação / Atendimento: Presencial restrito, limitado a um cliente por atendente/ Comércio eletrônico / Telentrega / Drive-thru;
- Funcionamento: 08 às 18h

As atividades não previstas neste protocolo, seguirão os protocolos definidos na bandeira divulgada pelo estado para a região.

Assim, diante do compartilhamento de responsabilidade no controle do distanciamento social, com a manutenção da Bandeira Vermelha, na Região Missionária a mesma passa a vigorar com as adaptações supracitadas

No caso da edição de bandeira laranja pelo Estado, o Comitê Técnico poderá adotar para toda região missionária, ou em partes, as previsões e protocolos da bandeira amarela do modelo de distanciamento social do Governo do Estado.

Havendo constatação de risco elevado em determinada área ou região, ou ainda em Municípios, de forma isolada ou em conjunto, o Comitê poderá determinar a aplicação de medidas mais restritivas do que a bandeira vigente para a região.

5. DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A REGIÃO MISSIONEIRA

Para fins de atendimento ao Decreto nº 55.435/2020, segue abaixo a relação de todos os municípios que compõem a Região Missionária os quais também publicarão seus decretos locais em seus órgãos de publicação oficial.

Rua João Ten Caten, 1248 - Cerro Largo, RS - CEP 97900-000

📞 +55 3359 3060 📩 contato@ammissões.com.br

www.ammissões.com.br



	População	% Urbana	% Rural	Predominante
Bossoroca	6.884	53,49	46,51	URBANA
Caibaté	4.954	55,41	44,59	URBANA
Cerro Largo	13.289	79,55	20,45	URBANA
Dezesseis de Novembro	2.866	23,27	76,73	RURAL
Entre-Ijuís	8.938	54,74	45,26	URBANA
Eugênio de Castro	2.798	52,89	47,11	URBANA
Garruchos	3.234	32,68	67,32	RURAL
Guarani das Missões	8.115	61,98	38,02	URBANA
Mato Queimado	1.799	26,63	73,37	RURAL
Pirapó	2.757	28,18	71,82	RURAL
Porto Xavier	10.558	49,35	50,65	RURAL
Rolador	2.546	23,88	76,12	RURAL
Roque Gonzales	7.203	42,86	57,14	RURAL
Salvador das Missões	2.669	40,99	59,01	RURAL
Santo Ângelo	76.275	94,14	5,86	URBANA
Santo Antônio das Missões	11.210	60,55	39,45	URBANA
São Borja	61.671	89,41	10,59	URBANA
São Luiz Gonzaga	34.556	88,29	11,71	URBANA
São Miguel das Missões	7.421	50,22	49,78	URBANA
São Nicolau	5.727	64,47	35,53	URBANA
São Pedro do Butiá	2.873	42,08	57,92	RURAL
Sete de Setembro	2.124	23,26	76,74	RURAL
Ubiretama	2.296	21,78	78,22	RURAL
Vitória das Missões	3.485	19,2	80,8	RURAL
	286.248			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Resultados do Universo.

6. PROTOCOLOS OBRIGATÓRIOS

MÁSCARA (PÚBLICO, TRABALHADORES E ALUNOS)

- É obrigatório utilizar máscara de proteção facial sempre que se estiver em ambiente coletivo fechado, destinado à permanência ou circulação de pessoas, incluindo veículos de transporte público, elevadores, salas de aula, repartições públicas ou privadas, lojas etc. Não retirar a máscara para facilitar a comunicação, pois é justamente ao falar que se emitem mais partículas, ampliando as possibilidades de transmissão.



AMM

Associação dos
Municípios das
Missões

- É permitido o uso de máscara de proteção facial do tipo cirúrgica descartável ou caseira, fabricada em tecido ou tecido de algodão. Toda máscara é de uso individual e deve-se atentar para sua correta utilização, troca e higienização.
- Orientar trabalhadores ou alunos quanto à correta utilização, troca e higienização da máscara de proteção facial.
- É vedado o uso de máscara de proteção facial por criança menor de dois anos, pessoa que não seja capaz de removê-la sem assistência, assim como por qualquer pessoa durante o período de sono.
- É dever de todos observar a etiqueta respiratória, cobrindo a boca com o antebraço ou usando lenço descartável ao tossir ou espirrar. Descartar o lenço utilizado em uma lixeira fechada imediatamente após o uso.
- Mesmo com máscara de proteção facial, manter o distanciamento mínimo obrigatório.

DISTANCIAMENTO ENTRE PESSOAS:

Distanciamento mínimo obrigatório entre pessoas em ambientes em geral:

- 2 metros sem máscara ou EPI;
- 1 metro com máscara ou EPI;

Distanciamento mínimo obrigatório entre pessoas em instituições de ensino:

- 2 metros sem máscara ou EPI;
- 1,5 metro com máscara ou EPI;

- Priorizar a modalidade de atendimento e de ensino remotos para todos os clientes, usuários e alunos que assim possam obter os serviços desejados, sem prejuízos;

- Para aquelas atividades que não sejam possíveis de serem desempenhadas remotamente, priorizar a adoção de regimes de escala, revezamento, alteração de jornadas e/ou flexibilização de horários de entrada, saída, almoço ou intervalos, respeitando o teto de operação e o teto de ocupação dos ambientes (ver itens específicos);

- Reorganizar as posições das mesas, estações de trabalho ou carteiras escolares para atender a distância mínima entre pessoas, marcando a posição de cada pessoa no chão no caso de atuação em pé;

Rua João Ten Caten, 1248 - Cerro Largo, RS - CEP 97900-000

📞 +55 3359 3060 📩 contato@ammissões.com.br

www.ammissões.com.br



- Caso a mudança de posição das mesas ou estações de trabalho para atendimento do distanciamento mínimo não seja possível, reforçar o uso de EPIs (ver item específico) e/ou utilizar barreiras físicas entre as pessoas, fabricadas em material liso, resistente, impermeável e que permita fácil higienização a cada troca de posto;
- Vedar a realização de eventos e a realização de reuniões presenciais em áreas fechadas ou abertas. Quando não for possível cancelar ou a realizar as reuniões à distância, reduzir o número de participantes e sua duração, bem como disponibilizar álcool gel 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar e exigir o uso de máscara por todos os participantes;
- Organizar o mobiliário escolar das salas de aula de forma a respeitar o distanciamento mínimo entre aluno, vedando a organização de classes escolares no formato de duplas ou grupos que desrespeitem o distanciamento mínimo obrigatório;
- Evitar o uso de espaços comuns que facilitem a aglomeração de pessoas nas instituições de ensino, como pátios, refeitórios, ginásios, bibliotecas, entre outros, e escalonar os horários de intervalo, refeições, saída e entra de salas de aula, a fim de preservar o distanciamento mínimo obrigatório entre pessoas e evitar a aglomeração de alunos e trabalhadores nas áreas comuns;
- Implementar corredores de sentido único para coordenar os fluxos de entrada e de saída dos estabelecimentos e instituições de ensino, respeitando o distanciamento mínimo entre pessoas;

7. TETO DE OCUPAÇÃO

- Indica o número máximo permitido de pessoas presentes, simultaneamente, no interior de um estabelecimento, conforme as Normas de Prevenção e Proteção contra Incêndio e respeitado o distanciamento mínimo obrigatório de 1 metro entre pessoas com máscara ou EPI e 2 metros entre pessoas sem máscara ou EPI.

8. HIGIENIZAÇÃO (AMBIENTE, TRABALHADORES, ALUNOS E PÚBLICO)

- No início das atividades e na retomada de turnos, no mínimo, higienizar as superfícies de toque com álcool gel 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, sob fricção (ex.: terminais de autoatendimento, corrimão de escadas e de



AMM

Associação dos
Municípios das
Missões

acessos, maçanetas, interruptores, botões de elevadores, telefones, alça de carrinhos ou cestinhas de supermercado, etc.);

- Higienizar as máquinas para pagamento com cartão com álcool 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar após cada uso;
- Higienizar pisos, paredes, forro de banheiro, refeitórios, vestiários, etc. a cada turno e a cada dia nos transportes coletivos, preferencialmente com álcool em 70%, hipoclorito de sódio 0,1% (água sanitária) ou outro desinfetante indicado para este fim;
- Higienizar mesas, cadeiras, teclados, mouses, telefones a cada turno, com álcool 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;
- Nas instituições de ensino, higienizar, a cada uso, materiais e utensílios de uso comum como colchonetes, tatames, trocadores, cadeiras de alimentação, berços entre outros, e não incentivar o compartilhamento de brinquedos e materiais escolares, os quais, na impossibilidade de uso individual, deverão ser higienizados a cada uso;
- Dispor de lixeira com tampa com dispositivo que permita a abertura e fechamento sem o uso das mãos (pedal ou outro tipo de dispositivo) e recolher e descartar os resíduos continuadamente, com segurança;
- Exigir que clientes, trabalhadores, alunos ou usuários higienizem as mãos com álcool em gel 70% e/ou preparações antissépticas ou trabalhadores, sanitizantes de efeito similar ao acessarem e ao saírem do estabelecimento.
- Disponibilizar kit completo nos banheiros (álcool gel 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, sabonete líquido e toalhas de papel não reciclado);
 - Manter limpos filtros e dutos do ar condicionado;
 - Manter portas e janelas abertas, com ventilação adequada, exceto em locais em que não seja permitido por questões sanitárias;
 - Instruir trabalhadores e alunos sobre a etiqueta respiratória e de higiene e de prevenção, incentivando a lavagem das mãos a cada 2 horas, com água e sabão, por no mínimo 20 segundos, bem como orientando para não cumprimentar pessoas com apertos de mão, abraços, beijos ou outro tipo de contato físico;
 - Recomendar aos trabalhadores que não retornem às suas casas com o uniforme utilizado durante a prestação do serviço;

Rua João Ten Caten, 1248 - Cerro Largo, RS - CEP 97900-000

📞 +55 3359 3060 📩 contato@ammissões.com.br

www.ammissões.com.br



- Dar preferência à utilização de talheres e copos descartáveis e, na impossibilidade, utilizar talheres higienizados e individualizados (sem contato);
- Substituir os sistemas de autoserviço de bufê em refeitórios, utilizando porções individualizadas ou disponibilizando funcionário(s) específico(s) para servir todos os pratos;
- Eliminar bebedouros verticais ou de jato inclinado e disponibilizar alternativas (dispensadores de água e copos plásticos descartáveis e/ou copos de uso individual, desde que constantemente higienizados).

9. INFORMATIVO VISÍVEL

- Afixar na entrada do estabelecimento e em locais estratégicos, de fácil visualização do público, dos trabalhadores e/ou dos alunos, cartazes contendo:
 - Informações sanitárias sobre higienização e cuidados para a prevenção à COVID-19, tais como necessidade de higienização das mãos, uso de máscara, distanciamento entre as pessoas, limpeza de superfícies, ventilação e limpeza dos ambientes;
 - Indicação do teto de ocupação do ambiente;
 - Nas instituições de ensino, os cartazes informativos deverão ser redigidos com linguagem acessível para toda a comunidade escolar

10. EPIs OBRIGATÓRIOS

- O empregador deve fornecer e orientar a correta utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para a atividade exercida e em quantidade suficiente para cada trabalhador, conforme especificado nas Normas Reguladoras da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, das normas e recomendações do Ministério da Saúde e da SES-RS, das Normas Regulamentadoras de atividade e das normas ABNT;
- Proibir a reutilização de uniformes e/ou EPIs (capacetes, calçados de segurança, entre outros) quando tais vestimentas/equipamentos não sejam devidamente higienizados com preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;
- Caso a atividade não possua protocolo específicos de EPIs, o empregador deverá fornecer máscara descartável em quantidades suficientes e/ou no mínimo duas máscaras de tecido (TNT) ou tecido de algodão para cada trabalhador, que ficará responsável por sua correta utilização, troca e higienização;



- Adotar rotinas de instrução permanente dos trabalhadores quanto à correta utilização, higienização e descarte de EPIs.

11. PROTEÇÃO DE GRUPOS DE RISCO NO TRABALHO

- Os alunos de grupo de risco devem permanecer em casa, em regime de ensino remoto.
- aos trabalhadores de grupos de risco, deve-se assegurar que suas atividades sejam realizadas em ambiente com menor exposição de risco de contaminação;
- Caso um trabalhador resida com pessoas do grupo de risco, fica a critério do empregador o seu afastamento para regime de teletrabalho, se possível.
- Pertencem aos grupos de risco, pessoas com:
 - Cardiopatas graves ou descompensados (insuficiência cardíaca, cardiopata isquêmica, arritmias)
 - Pneumopatias graves ou descompensados (em uso de oxigênio domiciliar; asma moderada/grave, doença pulmonar obstrutiva crônica - DPOC)
 - Imunodepressão,
 - Doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5)
 - Diabetes mellitus, conforme juízo clínico
 - Obesidade mórbida (IMC maior ou igual a 40)
 - Doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica (ex.: Síndrome de Down)
 - Idade igual ou superior a 60 anos com mais de uma mais de comorbidade acima relacionadas.
 - Gestação de alto risco

12. AFASTAMENTO DE CASOS POSITIVOS OU SUSPEITOS

- Orientar os trabalhadores e os alunos a informar o estabelecimento caso venham a ter sintomas de síndrome gripal e/ou resultados positivos para a COVID-19;
- Realizar busca ativa, diária, em todos os turnos de trabalho ou de aula, para identificar trabalhadores, alunos ou visitantes com sintomas de síndrome gripal;



- Encaminhar imediatamente para atendimento médico e garantir o imediato afastamento para isolamento domiciliar de 14 dias, a contar do início dos sintomas, ou conforme determinação médica, os trabalhadores e alunos que:

- testarem positivos para COVID-19;
- tenham tido contato ou residam com caso confirmado de COVID-19;
- apresentarem sintomas de síndrome gripal.

- Manter registro atualizado do acompanhamento de todos os trabalhadores e alunos afastados para isolamento domiciliar (quem, quando, suspeito/confirmado, em que data, serviço de saúde onde é acompanhado, se for o caso, etc.)

- Notificar imediatamente os casos suspeitos de síndrome gripal e os confirmados de COVID-19 à Vigilância em Saúde do Município do estabelecimento, bem como à Vigilância em Saúde do Município de residência do trabalhador ou aluno;

- Desenvolver e comunicar planos de continuidade das atividades na ausência de trabalhadores e alunos devido a afastamento por suspeita ou confirmação de COVID-19.

- Coletar os dados de presentes em reuniões presenciais, a fim de facilitar o contato dos órgãos de saúde competentes com o público da reunião, no caso de uma confirmação de COVID-19 dentre os participantes;

- Estabelecer grupos fixos de trabalhadores entre as diferentes áreas da fábrica, a fim de facilitar o contato dos órgãos de saúde competentes com o grupo no caso de uma confirmação de COVID-19 dentre os trabalhadores;

(*) São Sintomas de síndrome gripal: quadro respiratório agudo, caracterizado por sensação febril ou febre, mesmo que relatada, acompanhada de tosse ou dor de garganta ou coriza ou dificuldade respiratória.

(**) Um surto de síndrome gripal ocorre quando há pelo menos, 2(dois) casos suspeitos, sintomáticos, com vínculo temporal de até 7 dias entre as datas de início dos sintomas dos casos. Em caso de suspeita de surto no estabelecimento, notificar a Vigilância em Saúde do Município para que seja desencadeada uma investigação detalhada, a fim de identificar novos casos e interromper o surto.

13. CUIDADOS NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO



- Disponibilizar álcool gel 70% e/ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar para o público, os trabalhadores e alunos no estabelecimento, em locais estratégicos e de fácil acesso (entrada, saída, corredores, elevadores, mesas, etc.);
- Respeitar o distanciamento mínimo de 2 metros nas filas em frente a balcões de atendimento ou caixas ou no lado externo do estabelecimento, sinalizando no chão a posição a ser ocupada por cada pessoa;
- Assegurar o respeito de distanciamento mínimo de 2 metros no lado externo da instituição de ensino para pais e cuidadores que esperam os alunos na saída, sinalizando no chão a posição a ser ocupada por cada pessoa
- Fazer a utilização, se necessário, do uso de senhas ou outro sistema eficaz para evitar filas ou aglomeração de pessoas;
- Ampliar espaço entre atendimentos agendados, para preservar distanciamento entre pessoas e ter tempo de realizar a higienização de instrumentos de contato, quando aplicável;
- Realizar atendimento de maneira individualizada, restringindo, sempre que possível, a presença de acompanhantes;
- Em serviço de atendimento domiciliar ou agendado, questionar se no local de atendimento há indivíduo que apresenta sintomas respiratórios ou se se encontra em quarentena ou isolamento em decorrência do COVID-19, ficando proibido o atendimento domiciliar em caso afirmativo, exceto em caso de urgência e emergência de saúde;

14. ATENDIMENTO DIFERENCIADO PARA GRUPO DE RISCOS

- Para atendimento de pessoa com idade igual ou superior a 60 anos e aquelas de grupos de risco, conforme autodeclaração:
 - Estabelecer horários ou setores exclusivos de atendimento;
 - Conferir atendimento preferencial, garantindo fluxo ágil para que permaneçam o mínimo de tempo possível no estabelecimento.

15. PROTOCOLOS RECOMENDADOS

MONITORAMENTO DE TEMPERATURA

- Aferir a temperatura de 100% dos trabalhadores, clientes ou alunos, com termômetro digital infravermelho.;

Rua João Ten Caten, 1248 - Cerro Largo, RS - CEP 97900-000

📞 +55 3359 3060 📩 contato@ammissões.com.br

www.ammissões.com.br



- Monitorar individualmente a temperatura, com termômetro próprio e individual, para evitar contaminação.
- Caso a temperatura seja igual ou superior a 37,8 graus, orientar que o trabalhador, o cliente ou o usuário acompanhe seus sintomas e busque um serviço de saúde para investigação diagnóstica.;
- Recomenda-se vedar a circulação dessas pessoas em ambiente coletivo compartilhado.;
- Nas instituições de ensino, em caso de aluno(a) febril, o COE-E local deve ser informado imediatamente.

TESTAGEM DOS TRABALHADORES

- Para suspeitas de surtos em empresas, Instituições de Longa Permanência de Idosos – ILPIs e Instituições de Saúde, confira as orientações da Nota Informativa 15 COE-RS/SES-RS, de 31 de julho de 2020.

16. DA CONCLUSÃO

O presente PLANO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À EPIDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS - COVID-19 INSTITuíDO PELOS MUNICÍPIOS DA AMM (PPEE COVID-19) será adotado através da publicação de decretos específicos por cada Município, com a previsão da adoção do presente PROTOCOLO, havendo vinculação, em anexo, das regras gerais e específicas do presente instrumento.

Cada município deverá, igualmente, divulgar o conteúdo do Plano, dos protocolos e dos pareceres técnicos que o embasem, no sítio eletrônico da respectiva Prefeitura Municipal, para sua vigência.

Caberá ao Comitê Regional a análise e definição técnica do presente plano, o acompanhamento diário e semanal dos procedimentos e as alterações, ajustes e adequações sempre que necessário, por meio de resoluções técnicas encaminhadas ao conjunto dos Prefeitos e Prefeitas para deliberação por 2/3, buscando a melhoria contínua do processo.

Por fim, considerando o exposto acima uma vez atendidos os requisitos do decreto do Governo do Estado e com a aprovação dos Prefeitos, sempre visando o bem estar social, a saúde em observância da legalidade e do princípio da dignidade humana, este



Plano de Co-gestão entrará em vigor após a aprovação de no mínimo 2/3 dos Prefeitos integrantes da Região de Saúde ficando facultado a cada ente Municipal a possibilidade de adotar medidas mais restritivas as acima expostas mediante edição de decreto com tais restrições.

COMITÊ TÉCNICO DA REGIÃO MISSÕES

- 1) DANIANA POMPEO, portadora do CPF nº.824.399.580-34, enfermeira COREN/RS nº.114.056 do município de Santo Ângelo, RS;
- 2) MAURO TSCHIEDEL, portador do CPF nº.951.592.150-34, empresário e Vice-Presidente da ACISA de Santo Ângelo, RS.
- 3) DR. LUIS CARLOS ANTUNES CAVALHEIRO, portador do CPF nº.376.345.850-68, médico CRM/RS nº.14415, do município de Santo Ângelo, RS.
- 4) DR. SÉRGIO DAVI JASKULSKI FILHO, portador do CPF nº.952.247.690-00, médico CRM/RS nº.30.664 do município de Entre-Ijuís, RS.
- 5) AGUEDA MARTINS BALBE, portadora do CPF nº.474.380.450-72, enfermeira - COREN/RS nº.38.853, município de São Luiz Gonzaga/RS.
- 6) RODRIGO COMASSETTO DE FARIAS, portador do CPF nº.820.340.520-72, enfermeiro, COREN nº.164.275, coordenador vigilância em saúde de Bossoroca, RS.
- 7) UBIRATAN GROSS ALENCASTRO, portador do CPF nº.438.367.980-34, engenheiro agrônomo e fiscal sanitário da Secretaria de Saúde de Santo Ângelo, RS.
- 8) MANOELA MALGARIM, portadora do CPF nº.831.935.610-53, enfermeira COREN nº.246.895 do município de São Borja/RS.
- 9) DR. ALESSANDRO BERWANGER, portador do CPF nº.666.392.040-53, advogado, OAB/RS nº.88.321 – Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Cerro Largo, RS.
- 10) DR. GLADIMIR CHIELE, portador do CPF nº.420.031.560-20, advogado, OAB/RS nº.41290 - assessor jurídico da Associação dos Municípios das Missões.
- 11)ADEMIR JOSÉ ANDRIOLI GONZATTO, portador do CPF nº.357.396.220-34, Prefeito Municipal de Dezesseis de Novembro, RS, e Presidente da AMM.
- 12)JACQUES GONÇALVES BARBOSA, portador do CPF nº.617.479.04-15, Prefeito Municipal de Santo Ângelo, RS.
- 13)EDUARDO BONOTTO, portador do CPF nº.964.466.840-53, Prefeito Municipal de São Borja/RS.
- 14)SIDNEY LUIZ BRONDANI, portador do CPF nº 145.611.070-53, Prefeito Municipal de São Luiz Gonzaga/RS.
- 15)NORBERTO SCHOFFEN, portador do CPF nº.540.774.190-34, Contador - CRC/RS nº.52.434/O-0, Secretário Executivo da AMM de Cerro Largo, RS.

Cerro Largo, RS, 20 de Agosto de 2020.

ADEMIR JOSE ANDRIOLI | Assinado de forma digital por ADEMIR
GONZATTO:35739622034 | JOSE ANDRIOLI GONZATTO:35739622034
Dados: 2020.08.21 10:37:16 -03'00'

Ademir José Andrioli Gonzatto
Prefeito de Dezesseis de Novembro/RS
Presidente da AMM